

Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros

**PROTOCOLO ASSISTENCIAL DE ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER NO
CLIMATÉRIO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**

2ª Revisão

Outubro/ 2017

Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros

PROTOCOLO ASSISTENCIAL DE ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER NO CLIMATÉRIO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

2ª Revisão

Elaborado por:

- Ana Maria Alencar
- Agna Soares da Silva Menezes
- Andressa da Cruz Almeida
- Aline Ribeiro Nepomuceno
- Ana Paula Maciel
- Carolina dos Reis Alves
- Daniella Cristina Martins Dias Veloso
- Deiviane Pereira da Silva
- Fabrícia Vieira de Matos
- Genesco Leonardo de Souza Nunes
- Kênia Souto Moreira
- Ludmila Rodrigues Campolina
- Maria Fernanda Veloso Silva
- Michelly Silva Santos Mourão
- Patrícia Ferreira Costa
- Tatiane Fróes Fernandes
- Viviane Maia Santos

Outubro / 2017

Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros

PROTOCOLO ASSISTENCIAL DE ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER NO CLIMATÉRIO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

2ª Revisão

Revisado Por:

- Anderson Gonçalves de Souza (Médico Ginecologista Referência Técnica em Saúde da Mulher)
- Ariadna Angélica Rodrigues Dias Pereira (Médico Residente em Saúde da Família)
- Carolina dos Reis Alves (Enfermeira Doutora em Ciências da Saúde)
- Claudia Mendes Campos Versiani (Enfermeira Mestre em Enfermagem)
- Danilo Fernando Macedo Narciso (Médico Mestre em Ciências da Saúde)
- Deiviane Pereira da Silva (Enfermeira Residente em Saúde da Família)
- Genesco Leonardo de Souza Nunes (Enfermeiro Residente em Saúde da Família)
- Joice Fernanda Quadros (Enfermeira, referência técnica programas estratégicos, especialista em saúde da família)
- Kênia Souto Moreira (Enfermeira Especialista em Saúde da Família)

Outubro / 2017

FICHA TÉCNICA

PREFEITO MUNICIPAL
Humberto Guimarães Souto

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Dulce Pimenta Gonçalves

ASSESSOR EXECUTIVO
José Mendes da Silva

OUVIDORA DA SAÚDE
Luciene Mussi França Nunes

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Shirley Ferreira de Sousa

DIRETORA DE ATENÇÃO À SAÚDE
Bruno Pinheiro de Carvalho

DIRETORA DE VIGILANCIA EM SAÚDE
Aloizio Pereira da Cunha

COORDENADORA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA
Nayara Teixeira Gomes (Elaboração Janeiro/2017)
Daniella Cristina Martins Dias Veloso (Aprovação Fevereiro/2017)

Outubro/ 2017

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Montes Claros no estado de Minas Gerais.....	14
Figura 2 – Pirâmide etária de Montes Claros.....	15

LISTA DE TABELAS E FLUXOGRAMA

Tabela 1 - Municípios da Microrregião Montes Claros e Bocaiúva	23
Tabela 2 - Rede física (SUS) de Montes Claros	25
Fluxograma 1 –Fluxograma de Atendimento.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pontos de Corte estabelecidos para adultos segundo o IMC.....56

Quadro 2 – Riscos de complicações metabólicas associado à obesidade na mulher estabelecidos para mulheres adultas de acordo com a medida de circunferência de cintura 56

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	13
2.1-	ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DESAÚDE	21
2.2	SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE.....	22
3.	JUSTIFICATIVA.....	25
4.	ASPECTOS LEGAIS.....	26
5	OBJETIVOS.....	43
6	METODOLOGIA	44
7	DESENVOLVIMENTO	46
7.1	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À MULHER NO CLIMATÉRIO ...	46
7.2	AÇÕES DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO À MULHER NO CLIMATÉRIO	49
7.2.1	ACOLHIMENTO	49
7.2.2	ATENDIMENTO INDIVIDUAL/ CONSULTA DE ENFERMAGEM	49
7.2.2.1	HISTÓRICO DE ENFERMAGEM.....	50
7.2.2 .2	DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM.....	52
7.2.2.3	PRESCRIÇÃO DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM	53
7.3.	ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	60
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	66

RESUMO

O cuidado à saúde faz parte do fazer cotidiano da enfermagem enquanto integrante das equipes da Estratégia Saúde da Família. É imprescindível instrumentalizar a enfermagem que atua nas Unidades Básicas de Saúde municipais para garantir uma assistência de enfermagem em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e livre de ações de imprudência, imperícia e negligência. Daí, fez-se necessária a elaboração deste instrumento que contempla os seguintes objetivos: (1) Nortear o cuidar da enfermagem fornecendo subsídios técnicos para uma assistência de enfermagem de qualidade embasado nos programas preconizados pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros; (2) Consolidar uma assistência de enfermagem mais resolutiva por meio do alinhamento técnico, aquisição de habilidades e incentivo para a busca permanente da qualidade da atenção à saúde; e (3) Estabelecer orientações para reorganizar o processo de trabalho da equipe de saúde, especialmente o da enfermagem. Trata-se de uma revisão integrativa que utilizou 17 documentos publicados a partir de 2002, disponíveis na editora do Ministério da Saúde, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), BDENF (Base de dados Bibliográficos Especializados na Área de Enfermagem do Brasil), SCIELO (Scientific Eletronic Library On Line), LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Saúde), e documentos publicados nos sites de órgãos públicos municipais, estaduais e nacional. A busca de dados iniciou-se em Janeiro de 2013.

1. INTRODUÇÃO

A Estratégia Saúde da Família (ESF) se apresenta como uma alternativa para mudança do modelo assistencial ao imprimir uma nova concepção do processo de saúde-doença e ter como objetivo principal a reorganização da atenção básica com ênfase nas ações de promoção, prevenção, atenção e reabilitação da saúde. Para tanto, é estabelecido como desafio uma mudança paradigmática, em que o foco do trabalho é transferido da doença para a saúde, que passa a ser compreendida, de forma mais ampla, como qualidade de vida (BRASIL, 2006; BRASIL, 2011).

A organização da Estratégia Saúde da Família se dá pela constituição de equipes multiprofissionais formadas, no mínimo, por um médico, um enfermeiro, um técnico ou auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde, que têm como ponto de apoio a unidade de saúde da família. Estas equipes devem ser as referências para o primeiro contato do usuário com o serviço de saúde e serem responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias que estão localizadas em uma área geográfica delimitada. Essas equipes têm como desafio a atuação nas ações de promoção, prevenção, atenção, reabilitação e manutenção da saúde, visando uma maior resolubilidade, deslocando o objeto de atenção à saúde de um polo individual para o coletivo e criando vínculos e laços de compromisso e de corresponsabilidade (BRASIL, 2006; BRASIL, 2011).

A Estratégia Saúde da Família é estruturada com base no fortalecimento da atenção à saúde com ênfase na integralidade da assistência centrada na família, entendida e percebida a partir de seu ambiente físico e social, possibilitando uma compreensão ampliada do processo saúde-doença e da necessidade de intervenção que vai além das práticas curativas, tendo como foco principal a prevenção das doenças, reconhecendo o contexto familiar como o espaço privilegiado para as ações de saúde, com atenção, no decorrer do tempo, às pessoas e não às doenças, organizando, coordenando e racionalizando o uso adequado dos recursos, tanto os básicos quanto os especializados, necessários para o enfrentamento de todas as condições apresentadas pela pessoa, família e comunidade, representando assim, o eixo orientador do trabalho nos demais pontos da rede assistencial, visando à coordenação do cuidado (BRASIL, 2011; ALVES, 2005; MATTEI, TAGLIART, MORETTO, 2005; STARFIELD, 2002).

A organização do sistema de saúde baseado na atenção básica com a prestação de serviços de qualidade influencia diretamente no perfil de morbimortalidade da população, resultando na redução do número de recém-nascidos com baixo peso, melhor controle das doenças crônicas, diminuição da mortalidade infantil e da menor perda de anos de vida por qualquer causa, elevando, assim, a expectativa de vida e demonstrando o grande impacto positivo advindo da garantia do acesso, da qualidade da gestão e das práticas das equipes da Estratégia Saúde da Família. Nesse aspecto, a qualidade em saúde pode ser compreendida como o grau no qual os serviços de saúde atingem os resultados desejáveis por meio do atendimento das necessidades e expectativas da clientela, com aumento do padrão de satisfação dos usuários que é consistente com o conhecimento profissional e o intuito de aumento da autonomia das pessoas no cuidado à saúde (BRASIL, 2011; ALVES, 2005; BRASIL, 2008; MATTEI, TAGLIART, MORETTO, 2005; STARFIELD, 2002).

A Estratégia de Saúde da Família trabalha dentro de uma nova lógica, com maior capacidade de ação para atender às necessidades de saúde da população de sua área de abrangência. A função da Equipe de Saúde é prestar assistência contínua à comunidade, acompanhando, integralmente, a saúde da criança, do adulto, da mulher, do idoso, enfim, de todas as pessoas que vivem no território sob sua responsabilidade. Porém, a ESF faz parte da rede distrital de saúde. Não é um serviço paralelo, separado do restante. Pelo contrário, ele integra o sistema de saúde local (BRASIL, 2011).

Este protocolo assistencial normatiza as ações dos profissionais inseridos nas unidades de saúde, no nível primário e secundário, com a finalidade de proporcionar, aos profissionais Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, um instrumento de consulta para aprimoramento contínuo, por meio da orientação de fluxos e atualização de condutas em Saúde da Mulher, garantindo uma assistência de enfermagem integral, holística e qualificada, e zelando pela segurança das mulheres assistidas.

Este capítulo do protocolo aborda o cuidado à mulher no climatério com orientações referentes às ações que visam à melhoria da qualidade de vida do público feminino.

Os procedimentos são apresentados de forma detalhada, de maneira a facilitar a compreensão do leitor, em consonância com referências bibliográficas do Ministério

da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde e de outras fontes de relevância nacional.

Apresentamos a segunda revisão do Protocolo da Assistência à Saúde da rede municipal de Montes Claros – Atenção Básica Janeiro/2006, por meio de um trabalho conjunto dos enfermeiros das equipes da ESF e das coordenações técnicas municipais, e tem como proposta instrumentalizar o enfermeiro da rede assistencial no desenvolvimento de ações promocionais, preventivas e assistenciais na atenção primária do município de Montes Claros, de forma interdisciplinar e fundamentada no trabalho em equipe.

2. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

O município de Montes Claros fundada em 3 de julho de 1857 possui uma área equivalente a 3.582 km², em que 38,70 km² estão em perímetro urbano e os 3.543,33 km² restantes representa a área rural (MONTES CLAROS, 2017).

Montes Claros pertence à unidade federativa de Minas Gerais, mesorregião Norte de Minas que abrange oitenta e nove municípios distribuídos em sete microrregiões: Montes Claros, Pirapora, Bocaiuva, Januária, Salinas, Janaúba e Grão Mogol descrita na Figura 1. Possui como limites intermunicipais as cidades: São João da Ponte (ao norte), Capitão Enéas (nordeste), Francisco Sá (leste), Juramento e Glaucilândia (sudeste), Bocaiúva (sul), Claro dos Poções (sudoeste), São João da Lagoa e Coração (oeste) de Jesus, Mirabela e Patis (noroeste) (MONTES CLAROS, 2017).

A microrregião de Montes Claros compreende vinte e dois municípios: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia. (MONTES CLAROS, 2017).

Montes Claros situa-se na bacia do alto médio São Francisco, nos vales do rio Verde Grande, Pacuí e São Lamberto ao Norte do Estado de Minas Gerais, estando integrada na área do Polígono da Seca, região Mineira do Nordeste. Possui altitude de 678 metros e Clima tropical, a média de chuva anual é de 1074 mm³ e sua temperatura média anual é de 24,2 °C, variando de 16,3 a 29,4 °C (MONTES CLAROS, 2017).

O município está ligado a BR 135 - Bocaiúva/Januária, BR 365 - Pirapora Uberlândia , BR 251 - Rio/Bahia/Salinas/Coração de Jesus, BR 122 - Janaúba. Além de contar com a BR-135, BR-365, BR-251 e BR-122, sua malha viária municipal é constituída por, aproximadamente, 5.500 km de estradas vicinais, que ligam a sede do município aos distritos e diversas comunidades rurais (MONTES CLAROS, 2017).

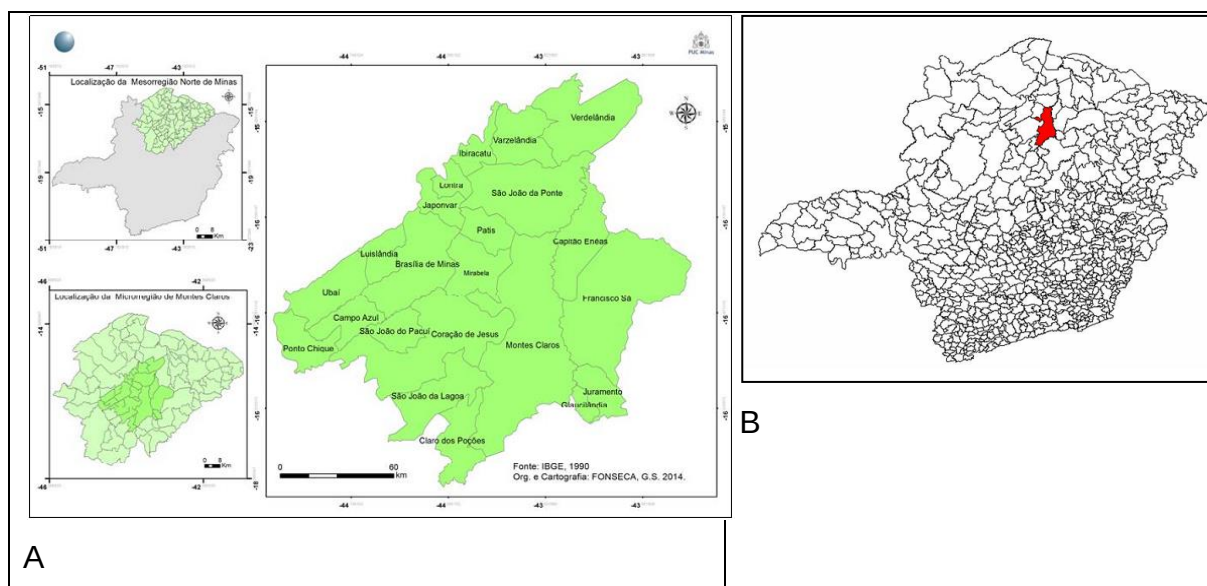


Figura 1: Localização de Montes Claros no estado de Minas Gerais.

Fonte: Google maps

A cidade foi classificada pelo Plano Rodoviário Nacional como o segundo maior entroncamento Rodoviário do País, por causa da facilidade de acesso por rodovias às principais regiões do Brasil. Pelo ar, o Aeroporto oferece voos diários para Belo Horizonte, São Paulo e Salvador. A Ferrovia Centro Atlântica disponibiliza o transporte de cargas para as regiões Sudeste e Nordeste (MONTES CLAROS, 2017).

Aspectos demográficos

A população total do município conforme Censo 2010: 361.915 habitantes e a população estimada em 2017: 402.027 habitantes.

A distribuição das faixas etárias demonstra uma evidente inversão da pirâmide com diminuição da população das faixas etárias menores com sinalização da manutenção e consolidação desta tendência. Isto provavelmente é fruto de políticas de controle de natalidade implementadas nos anos 70/80 do século passado e que foram muito bem absorvidas pela população brasileira (MONTES CLAROS, 2015). Evidenciado a seguir na Figura 2.

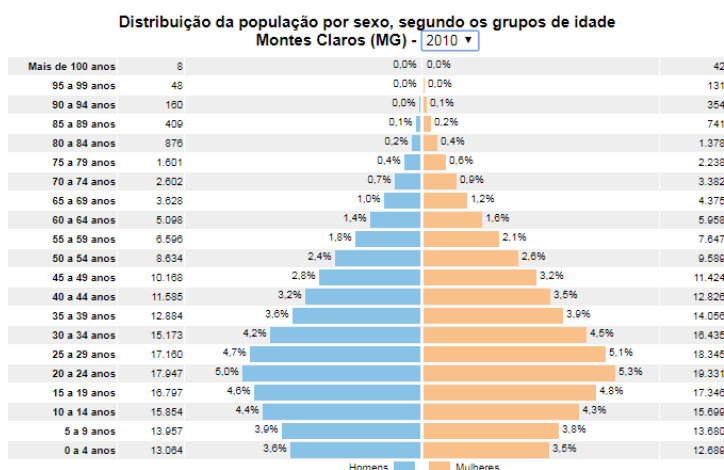


Figura 2: Pirâmide etária de Montes Claros-MG.

Fonte: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=314330

A população de Montes Claros entre os anos de 2000 e 2010 cresceu a uma taxa média anual de 1,66%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Neste período, a taxa de urbanização do município passou de 94,21% para 95,17%. Segundo o censo de 2010, viviam no município 361.915 pessoas e conforme estimativa populacional divulgada pelo IBGE, neste ano de 2017, a cidade de Montes Claros ultrapassou os 400 mil habitantes. O crescimento populacional nos últimos anos é de 1,95%, superando inclusive a taxa nacional que é de 1,57% (MONTES CLAROS, 2017).

A microrregião de Montes Claros abrange vinte e dois municípios, com exceção de Montes Claros as características socioeconômicas são bem similares. Com base nos dados extraídos do Censo demográfico do IBGE (2010), Montes Claros é espaço de maior atração populacional na microrregião, acredita-se que seja por apresentar melhores oportunidades de trabalho, assistência médica hospitalar e qualificação profissional, enfim, melhores indicadores socioeconômicos em relação aos demais municípios (IBGE, 2017).

No ano de 2002 ocorreu a maior taxa de crescimento populacional (3,02%), representando sua maior marca na última década. A estimativa de que a população chegasse a 400 mil habitantes em 2017 foi alcançada, mas, não se espera que chegue 1.000.000 de habitantes em 2030. No entanto, economistas alertam para a necessidade de Montes Claros se preparar em infraestrutura para receber este

crescimento populacional, que é de aproximadamente 4.100 habitantes/ano (FONSECA e FERNANDES, 2014).

Taxa de fecundidade e Esperança de vida ao nascer

No Norte de Minas ocorreu uma queda na taxa de fecundidade, em que as mulheres optam por um número menor de filhos, este fato é observado no cotidiano e nos indicadores, como a Taxa de Fecundidade Total (TFT), que é o número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo. Em 1980, no Norte de Minas, tínhamos uma média de 6,21 filhos por mulher, este valor vem caindo e a TFT que em 2000 era de 2,1 filhos, caiu em 2010 para 1,6 filhos.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,8 anos na última década, passando de 72,3 anos, em 2000, para 77,1 anos, em 2010. Em 1991, era de 69,4 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil <www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/minas-gerais> Acesso em: Agosto/2017)

Atividades econômicas e de organização social

Atividades econômicas

O IBGE caracteriza como cidade média aquela que possui população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Na dinâmica econômica das cidades médias, o tamanho econômico é um indicativo responsável pela existência de infraestrutura necessária ao poder de atração locacional e ao papel de intermediação com outros centros urbanos (CASTELLO BRANCO, 2006). Uma das principais características de uma cidade média é o papel de centralidade, exercendo uma força de articulação com outros centros urbanos e a atuação como centro principal de oferta de serviços, comércio, moradia e emprego, entre outros bens para a sua área de influência. Neste sentido, uma cidade média mostra sua relevância no seu contexto regional e até em outros níveis de escalas (FRANÇA, 2011)

Montes Claros é o exemplo clássico de cidade média, possui uma economia diversificada e um comércio vibrante. Desde os primórdios da colonização a Região

Norte Mineira vem sendo um Centro de Comercialização, o que lhe tem permitido não só quantificar a produção regional, como também influir na orientação e expansão da região.

Cada vez mais consolidada como “polo do Norte de Minas”, pela sua forte influência sobre as demais cidades que compõem a região, Montes Claros tem atraído variados setores de serviços, como os de saúde, educacional, comercial e de lazer. Sua infraestrutura urbana influencia o dinamismo da cidade ao agregar um espaço de serviços mais moderno e de maior complexidade.

Contudo, semelhante a outras cidades brasileiras, a produção da riqueza material assenta-se num modelo concentrador de renda. Consequentemente, a cidade apresenta espaços territoriais que antagonizam o dinamismo econômico e o peso das desigualdades sociais, sendo necessário, avançar em esforço que minimizem as desigualdades econômicas, sociais e políticas (FRANÇA, 2011).

Principais atividades econômicas

As principais atividades econômicas são a indústria (mantimentos, laticínios, infraestrutura, etc), o comércio (bastante diversificado), a agricultura e a pecuária. As indústrias aqui instaladas estão bem consolidadas podendo-se destacar a maior fábrica de Leite Condensado do Mundo (NESTLÉ), uma das três fábricas de insulina da América Latina (NOVONORDISK, antiga BIOBRÁS) e a quinta maior fábrica de cimento do Brasil (LAFARGE, antiga MATSULFUR). A maioria das fábricas está instalada em um dinâmico polo industrial, conhecido como Distrito Industrial de Montes Claros.

A pecuária é um dos maiores e mais importantes polos de desenvolvimento da região, rica em possibilidades e novas alternativas de investimentos, figura-se como um elo com os grandes centros. Neste setor, destaca-se a pecuária de corte e leite seguido pela agricultura com destaque para os produtos: feijão, milho, mandioca, algodão e arroz irrigado, dentre outros.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 5,60% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 9,53% na indústria de transformação, 10,35% no setor de construção, 1,03% nos setores de utilidade pública, 20,82% no comércio e 50,88% no setor de serviços.

Esta cidade média é uma das maiores economias mineiras, representando o 9º lugar no ranking municipal de composição do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. O PIB *per capita* em 2014 era de R\$ 20.102,68.

Renda *per capita*

A renda per capita média de Montes Claros cresceu 98,51% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 327,75, em 1991, para R\$ 485,55, em 2000, e para R\$ 640,75, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,67%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,46%, entre 1991 e 2000, e 2,97%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 45,71%, em 1991, para 28,76%, em 2000, e para 11,99%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,60, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,53, em 2010.

População Ativa

Segundo o portal cidades do IBGE, em Montes Claros, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 69,12% em 2000 para 69,85% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 17,01% em 2000 para 9,50% em 2010. Segundo o censo de 2010, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,2 salários mínimos, haviam 101.744 (25,8 %) pessoas ocupadas e 36,4 % da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salários mínimos (<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/montes-claros/panorama>).

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

O município é o mais bem colocado da região, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM de 0,770. A cidade está na faixa considerada de desenvolvimento humano alto, entre 0,700 e 0,799. O índice leva em conta três aspectos, longevidade, acesso ao conhecimento e padrão de vida. Em Montes Claros, os indicadores ficaram em 0,868; 0,744 e 0,707, respectivamente. Os

resultados dos três últimos IDHM são baseados em dados de 1991, 2000 e 2010. De acordo com o PNUD, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos, de 2000 a 2010, foi a educação, com crescimento de 0,189, seguida por longevidade e renda.

Grupos sociais organizados

Além dos CRAS, CREAS e Rede Solidária, subordinado à Secretaria Municipal de Políticas Sociais da prefeitura de Montes Claros- MG, no município também existem outras 48 Organizações Não Governamentais (ONGs) com atuação em diversas áreas.

Educação

A Proporção de crianças e jovens que frequentaram/completaram determinado ciclo escolar indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. Em Montes Claros, segundo dados do IBGE 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 96,94%, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 93,33%, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 70,94% e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era 58,03%.

Também, em 2010, 89,99% da população de 6 a 17 anos do município estava cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série e a Taxa de Escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,4 %.

Em 2015, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade teve nota média de 6.2 e para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.6. O IDEB foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (MONTES CLAROS, 2017).

O número de pessoas de 10 anos ou mais de idade em Montes Claros em 2010 era de 308.936, destes frequentavam a escola 80.181 (25,95%). Dos 80.181 que frequentavam a escola, 37.479 (46,7%) eram do sexo Masculino e 42.702 (53,3%) do sexo feminino.

Na literatura não são encontrados dados recentes sobre a educação, muitos destes dados são provenientes dos censos nacionais e o último ocorreu em 2010. Em

uma publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2013, a média de escolaridade no Brasil, um dos critérios educacionais que o programa utiliza na elaboração do IDH, foi de 7,2 anos, o menor número entre os países da América do Sul. Este resultado indica a necessidade dos investimentos em educação no Brasil.

Rede de ensino pública e privada

O município conta com diversas escolas:

- Ensino infantil: 104 privadas e 80 municipais;
- Ensino fundamental: 51 estaduais, 58 municipais e 37 privadas;
- Ensino médio: 26 estaduais, 1 municipal e 17 particulares;
- 38 escolas municipais na zona rural.

Atualmente, a cidade de Montes Claros é considerada um pólo universitário, contando com a presença de duas universidades públicas e diversas faculdades privadas que oferecem cursos nas diversas áreas do conhecimento, em níveis técnico, de graduação, pós-graduação Lato Sensu (especialização) e Stricto Sensu (mestrado e doutorado).

Instituições públicas de ensino superior

Universidade Estadual de Montes Claros (UNINONTES) .

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Núcleo de Ciências Agrárias - NCA)

.

Instituições particulares de ensino superior

Faculdades Ibituruna .

Instituto Superior de Educação Ibituruna (ISEIB) .

Faculdades de Saúde Ibituruna (FASI) .

Faculdade Santo Agostinho (FASA) .

Faculdades integradas Pitágoras de Montes Claros (FIP-MOC) .

Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros (FACIT) .

Faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE/SOEBRAS) .

Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) .

Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) .

Universidade de Uberaba (UNIUBE) .

Faculdade de Computação de Montes Claros (FACOMP) .

Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) .

2.1 - Organização do Sistema de Saúde

O Sistema municipal de saúde está organizado conforme as diretrizes e princípios do SUS – Sistema Único de Saúde (SUS) de acordo com a portaria 399 de fevereiro de 2006 que se refere o ao termo de compromisso entre os gestores no pacto para a saúde (pacto pela vida, pacto de gestão e pacto em defesa pelo SUS) (MONTES CLAROS, 2017).

O Pacto pela Vida contém os seguintes objetivos e metas prioritárias (Portaria GM/MS nº 325, de 21 de fevereiro de 2008): Atenção à saúde do idoso; Controle do câncer de colo de útero e de mama; Redução da mortalidade infantil e materna; Fortalecimento da capacidade de resposta às doenças emergentes e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária, influenza, hepatite, AIDS; Promoção da saúde; Fortalecimento da atenção básica; Saúde do trabalhador; Saúde mental; Fortalecimento da capacidade de resposta do sistema de saúde às pessoas com deficiência; Atenção integral às pessoas em situação ou risco de violência e Saúde do homem (MONTES CLAROS, 2017).

Região ampliada de saúde

O Plano Diretor de Regionalização do Estado de Minas Gerais, organiza a região de saúde em que Montes Claros está inserida territorialmente como sede de polo macro e microrregião, abrangendo 13 microrregiões e 87 municípios. O Município é polo macrorregional por oferecer os serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares de maior nível de complexidade e polariza regiões e/ou microrregiões de saúde. Município de maior densidade populacional da macrorregião, com estrutura de equipamentos urbanos e de saúde, de maior densidade tecnológica o que requer escala para cerca de 1.609.862 de habitantes; que exerce força de atração para micros circunvizinhas, polarizando as regiões do norte de Minas Gerais. Os municípios polo macro acumulam também a função de polo micro (MONTES CLAROS, 2017).

Polo de Região de Saúde

Montes Claros é polo microrregional pelo nível de resolubilidade, capacidade de oferta de serviços, acessibilidade e situação geográfica, polariza 11 municípios da microrregião, a saber: Bocaiúva, Claro dos Poções, Engenheiro Dolabela, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Glaucilândia, Guaraciama, Itacambira, Joaquim Felício, Juramento e Olhos d'Água, perfazendo assim uma população de 459.387 (MONTES CLAROS, 2013).

TABELA 1 – Municípios da microrregião Montes Claros/Bocaiúva

CODIGO DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	ESTIMATIVA POPULACIONAL
310730	BOCAIUVA	46.949
311650	CLARO DOS POÇÕES	7.743
312380	ENGENHEIRO NAVARRO	7.125
312660	FRANCISCO DUMONT	4.892
312735	GLAUCILÂNDIA	2.977
312825	GUARACIAMA	4.737
313200	ITACAMBIRA	5.021
313640	JOAQUIM FELÍCIO	4.338
313680	JURAMENTO	4.129
314330	MONTES CLAROS	366.134
314545	OLHOS-D'ÁGUA	5.342
TOTAL:		459.387

FONTE: PDR SES-MG 2013

2.2 - Sistema Municipal de Saúde

De acordo com as diretrizes Estaduais, Nacionais e da Organização Mundial da Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde trabalha no sentido de reverter um quadro de ações hospitalocêntrico/medicocêntrico para um modelo de saúde técnico assistencial, dando ênfase às ações de promoção e organização da saúde. Por outro lado, a urgência e emergência, em município de Gestão Plena, requer um controle sistemático e cumprimento da grade de referência, o município macrorregional

desenvolve ações de nível secundário e terciário em um sistema de redes, como Rede Cegonha, Rede de Urgência e Emergência, Rede Mais Vida, etc. (MONTES CLAROS, 2015).

De forma a atender à população conforme o perfil epidemiológico local e regional, a Agenda de Saúde foi consensuada e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde que segue os seguintes eixos prioritários: **Fortalecimento da Gestão, Atenção Primária, Vigilância em Saúde, Atenção a Média e Alta Complexidade e Controle Social.**

Com essas diretrizes, foi elaborado o Plano Municipal de Saúde 2014/2017, através de um planejamento estratégico e participativo, devidamente alinhado com o Plano de Governo Municipal e implementado através de uma proposta política administrativo do Município de Montes Claros, se organizando territorialmente para promover espaços de convivência capazes de potencializar a cultura da solidariedade e cooperação entre governo e sociedade local.

O Sistema municipal de Montes Claros em relação à rede física encontra-se distribuída conforme a tabela 2.

TABELA 2 - REDE FÍSICA (SUS) DE MONTES CLAROS

Serviços De Saúde	Quantidade
Unidades Básicas De Saúde (Área Urbana)	08
Policlínicas (Área Urbana)	02
Hospital Municipal Doutor Alpheu Gonçalves De Quadros	01
Equipes Estratégia Saúde Da Família (Zona Urbana)	121
Equipes Estratégia Saúde Da Família (Zona Rural)	10
Consultório na Rua	01
Unidades De Saúde Mental (CAPs)	02
Centro Oftalmologia Social	01
Centro De Controle De Zoonoses	01
Pontos De Apoio CCZ	08
CTA/IST/Aids	01
Anexo Contendo: Almoxarifado E Galpão	01
Saúde Da Mulher	01

NASP (Núcleo de Saúde Pitágoras – Centro de Saúde Vila Oliveira)	01
Centro de Reabilitação e Órteses e Próteses	01
CEO (Centro De Especialidades Odontológicas)	01
Consultórios Odontológicos em ESF	08
Consultórios Odontológicos em Escolas Estaduais e Municipais.	20
Farmácias Populares	02
Laboratório Análise de Água	01

Fonte: SMS/MOC/2017

Rede de Serviços Contratados

HOSPITALAR		
Hospital Universitário Clemente de Faria		
Irmandade Nossa Senhora das Mercês – Santa Casa de Caridade de Montes Claros		
Fundação de Saúde Dílson de Quadros Godinho – Hospital Dílson Godinho		
Hospital Prontosocor		
Fundação Hospitalar de Montes Claros – Hospital Aroldo Tourinho		
LABORATÓRIAL - ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA		
Exame	Santa Clara	Instituto de Patologia do Norte de Minas
Voumard	LAC	Lab. Santa Casa
Prolab	Biominas	Bioanálises Montes Claros
São Geraldo	Biodiagnóstico	Siper Labonorte
Citocenter	Biomontes	Rafha Cordeiro II
Citolab	São Paulo	Laboratório do Hospital Aroldo Tourinho
		Laboratório do Hospital Universitário Clemente de Faria
RADIOLOGIA		
Hospital Universitário Clemente de Faria		
Irmandade Nossa Senhora das Mercês – Santa Casa de Caridade de Montes Claros		
Fundação Hospitalar de Montes Claros – Hospital Aroldo Tourinho		
Fundação de Saúde Dílson de Quadros Godinho – Hospital Dílson Godinho		

FISIOTERAPIA
Hospital Aroldo Tourinho
Clínica de Traumatologia E Fisioterapia (São José)
Clínica de Fisioterapia São Lucas
Fisiocenter/ Santa Casa
Ortoclínica Ltda
Clínica Geraldo Caldos
SAÚDE AUDITIVA
Otorrino Fisio Center
NEFROLOGIA
Fundação de Saúde Dílson de Quadros Godinho – Hospital Dílson Godinho
Irmandade Nossa Senhora das Mercês – Santa Casa de Caridade de Montes Claros
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA/ MEDICINA NUCLEAR
Ressonar Imagens Médicas
Núcleo de Medicina Nuclear
ONCOLOGIA
Irmandade Nossa Senhora das Mercês – Santa Casa de Caridade de Montes Claros
Fundação de Saúde Dílson de Quadros Godinho – Hospital Dílson Godinho

3. JUSTIFICATIVA

O envelhecimento faz parte do ciclo de vida representando um processo universal vivenciado de forma diferente de acordo com aspectos biológicos, questões de gênero, aspectos sociais, econômicos, culturais, condições de vida e de saúde dos indivíduos. No processo de envelhecimento, a mulher enfrenta uma fase especial e inevitável na vida que é o climatério, que deve ser encarado como uma passagem natural e não como doença, e que pode ser vivenciada de maneira silenciosa ou acompanhada de sintomas causados por instabilidades neuro-hormonais, com o término da menstruação aliado à perda da capacidade reprodutiva e com o aparecimento de fogachos e mudanças corporais (SÃO PAULO, 2012; BRASIL, 2008).

O climatério compreende a transição entre o período reprodutivo e o não reprodutivo da vida da mulher, que é marcada por alterações na produção dos hormônios sexuais femininos em virtude da senescência ovariana, caracterizada pela progressiva queda da produção de Estrogênio e Progesterona e pelo aumento da produção do Hormônio Folículo Estimulante, o que acarreta a interrupção da atividade folicular e, conseqüentemente, a ausência do ciclo menstrual (SÃO PAULO, 2012; BRASIL, 2008).

Considerando que o cuidado à mulher durante o climatério faz parte do fazer cotidiano da enfermagem, enquanto integrante das equipes de saúde da família, é imprescindível instrumentalizar os enfermeiros, que atuam nas Unidades Básicas de Saúde, para garantir uma assistência de enfermagem em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e livre de ações de imprudência, imperícia e negligência, fazendo-se necessária a elaboração deste instrumento, com o objetivo de nortear o cuidar da enfermagem.

4. ASPECTOS LEGAIS

As ações do Enfermeiro, previstas neste protocolo, estão respaldadas pela Lei de Exercício Profissional nº. 7.498, de 25 de junho de 1986, pelo Decreto nº. 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamenta a Lei 7498/86, pelas Resoluções COFEN nº 159/1993, nº 195/1997 e nº 358/2009 e pela Portaria nº 2436, de 21 de setembro de 2017, que Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (COREN, 2012; BRASIL, 2017).

A Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da enfermagem no Brasil, aponta como pontos relevantes na prática do enfermeiro, como integrante da equipe de saúde da atenção básica: a consulta de enfermagem, em toda a sua complexidade de execução (Art. 11, alínea i), a prescrição da assistência de enfermagem (Art. 11, alínea f), a prescrição de medicamentos, desde que seja normatizada em programas de Saúde Pública e em protocolos de rotina aprovados pela instituição de saúde (Art. 11 alínea c) e a solicitação de exames de rotinas e complementares, conforme a Resolução COFEN nº 195/1997, que estabelece, no Art. 1º, que o Enfermeiro pode solicitar exames de rotina e complementares quando no exercício de suas atividades profissionais (COREN, 2012).

Isto posto, a atuação do Enfermeiro está embasada no seu conhecimento técnico-científico, sendo responsabilidade do profissional toda ação praticada, e, ficando este, sujeito às penalidades de acordo com a lei.

Na Estratégia Saúde da Família, o enfermeiro é um integrante da equipe de saúde em que todos os profissionais são imprescindíveis no cuidar do ser humano de maneira integral, sendo que devem ser levadas em consideração as habilidades e as capacidades de cada um dos componentes da equipe, em consonância com os preceitos éticos e legais. Ressalta-se também, que a integração entre as várias disciplinas e profissionais é requisito fundamental para o alcance dos objetivos propostos.

Na equipe de saúde existem atribuições comuns a todos os profissionais que atuam na Atenção Básica segundo a Portaria 2436/ 2017:

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades;
- Cadastrar e manter atualizado o cadastramento e outros dados de saúde das famílias e dos indivíduos no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando as informações sistematicamente para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado integral à saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da Unidade Básica de Saúde, e quando necessário, no domicílio e demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), com atenção especial às populações que apresentem necessidades específicas (em situação de rua, em medida socioeducativa, privada de liberdade, ribeirinha, fluvial, etc.).
- Realizar ações de atenção à saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como aquelas previstas nas prioridades, protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, assim como, na oferta nacional de ações e serviços essenciais e ampliados da AB;
- Garantir a atenção à saúde da população adscrita, buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenção de doenças e agravos e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância em saúde, e incorporando diversas racionalidades em saúde, inclusive Práticas Integrativas e Complementares;
- Participar do acolhimento dos usuários, proporcionando atendimento humanizado, realizando classificação de risco, identificando as necessidades de intervenções de cuidado, responsabilizando-se pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pelo acompanhamento da população adscrita ao longo do tempo no que se refere às múltiplas situações de doenças e agravos, e às necessidades de cuidados preventivos, permitindo a longitudinalidade do cuidado;

- Praticar cuidado individual, familiar e dirigido a pessoas, famílias e grupos sociais, visando propor intervenções que possam influenciar os processos saúde-doença individual, das coletividades e da própria comunidade;
- Responsabilizar-se pela população adscrita mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde;
- Utilizar o Sistema de Informação da Atenção Básica vigente para registro das ações de saúde na AB, visando subsidiar a gestão, planejamento, investigação clínica e epidemiológica, e à avaliação dos serviços de saúde;;
- Contribuir para o processo de regulação do acesso a partir da Atenção Básica, participando da definição de fluxos assistenciais na RAS, bem como da elaboração e implementação de protocolos e diretrizes clínicas e terapêuticas para a ordenação desses fluxos;
- Realizar a gestão das filas de espera, evitando a prática do encaminhamento desnecessário, com base nos processos de regulação locais (referência e contrarreferência), ampliando-a para um processo de compartilhamento de casos e acompanhamento longitudinal de responsabilidade das equipes que atuam na atenção básica;
- Prever nos fluxos da RAS entre os pontos de atenção de diferentes configurações tecnológicas a integração por meio de serviços de apoio logístico, técnico e de gestão, para garantir a integralidade do cuidado;
- Instituir ações para segurança do paciente e propor medidas para reduzir os riscos e diminuir os eventos adversos;
- Alimentar e garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação da Atenção Básica, conforme normativa vigente;
- Realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória, bem como outras doenças, agravos, surtos, acidentes, violências, situações sanitárias e ambientais de importância local, considerando essas ocorrências para o planejamento de ações de prevenção, proteção e recuperação em saúde no território;

- Realizar busca ativa de internações e atendimentos de urgência/emergência por causas sensíveis à Atenção Básica, a fim de estabelecer estratégias que ampliem a resolutividade e a longitudinalidade pelas equipes que atuam na AB;
- Realizar visitas domiciliares e atendimentos em domicílio às famílias e pessoas em residências, Instituições de Longa Permanência (ILP), abrigos, entre outros tipos de moradia existentes em seu território, de acordo com o planejamento da equipe, necessidades e prioridades estabelecidas;
- Realizar atenção domiciliar a pessoas com problemas de saúde controlados/compensados com algum grau de dependência para as atividades da vida diária e que não podem se deslocar até a Unidade Básica de Saúde;
- Realizar trabalhos interdisciplinares e em equipe, integrando áreas técnicas, profissionais de diferentes formações e até mesmo outros níveis de atenção, buscando incorporar práticas de vigilância, clínica ampliada e matriciamento ao processo de trabalho cotidiano para essa integração (realização de consulta compartilhada - reservada aos profissionais de nível superior, construção de Projeto Terapêutico Singular, trabalho com grupos, entre outras estratégias, em consonância com as necessidades e demandas da população);
- Participar de reuniões de equipes a fim de acompanhar e discutir em conjunto o planejamento e avaliação sistemática das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis, visando a readequação constante do processo de trabalho;
- Articular e participar das atividades de educação permanente e educação continuada;
- Realizar ações de educação em saúde à população adstrita, conforme planejamento da equipe e utilizando abordagens adequadas às necessidades deste público;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, estimulando conselhos/colegiados, constituídos de gestores locais, profissionais de saúde e usuários, viabilizando o controle social na gestão da Unidade Básica de Saúde;

- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais;
- Acompanhar e registrar no Sistema de Informação da Atenção Básica e no mapa de acompanhamento do Programa Bolsa Família (PBF), e/ou outros programas sociais equivalentes, as condicionalidades de saúde das famílias beneficiárias;
- Realizar outras ações e atividades, de acordo com as prioridades locais, definidas pelo gestor local.

São atribuições específicas dos profissionais das equipes que atuam na Atenção Básica:

Enfermeiro

- I.- Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida;
- II.- Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;
- III.- Realizar e/ou supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, de acordo com protocolos estabelecidos;
- IV.- Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
- V.- Realizar atividades em grupo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços, conforme fluxo estabelecido pela rede local;
- VI.- Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos/auxiliares de enfermagem, ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe;
- VII.- Supervisionar as ações do técnico/auxiliar de enfermagem e ACS;

VIII.- Implementar e manter atualizados rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS; e

IX.- Exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

Técnico e/ou Auxiliar de Enfermagem:

I.- Participar das atividades de atenção à saúde realizando procedimentos regulamentados no exercício de

sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros);

II.- Realizar procedimentos de enfermagem, como curativos, administração de medicamentos, vacinas, coleta de material para exames, lavagem, preparação e esterilização de materiais, entre outras atividades delegadas pelo enfermeiro, de acordo com sua área de atuação e regulamentação; e

III.- Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

Médico:

I.- Realizar a atenção à saúde às pessoas e famílias sob sua responsabilidade;

II.- Realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros); em conformidade com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores (federal, estadual, municipal ou Distrito Federal), observadas as disposições legais da profissão;

III.- Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;

IV.- Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sob sua responsabilidade o acompanhamento do plano terapêutico prescrito;

V.- Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento da pessoa;

VI.- Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe; e

VII.- Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

Cirurgião-Dentista:

I.- Realizar a atenção em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros), de acordo com planejamento da equipe, com resolubilidade e em conformidade com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;

II.- Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal no território;

III.- Realizar os procedimentos clínicos e cirúrgicos da AB em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com as fases clínicas de moldagem, adaptação e acompanhamento de próteses dentárias (elementar, total e parcial removível);

IV.- Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;

V.- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde com os demais membros da equipe, buscando aproximar saúde bucal e integrar ações de forma multidisciplinar;

VI.- Realizar supervisão do técnico em saúde bucal (TSB) e auxiliar em saúde bucal (ASB);

VII.- Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe;

VIII.- Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe; e

IX.- Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

Técnico em Saúde Bucal (TSB):

I.- Realizar a atenção em saúde bucal individual e coletiva das famílias, indivíduos e a grupos específicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros), segundo programação e de acordo com suas competências técnicas e legais;

II.- Coordenar a manutenção e a conservação dos equipamentos odontológicos;

III.- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;

IV.- Apoiar as atividades dos ASB e dos ACS nas ações de prevenção e promoção da saúde bucal;

V.- Participar do treinamento e capacitação de auxiliar em saúde bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde;

VI.- Participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais;

VII.VII - Participar da realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador;

VIII.- Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;

IX.- Fazer remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista;

X.- Realizar fotografias e tomadas de uso odontológico exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas;

XI.- Inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, sendo vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista;

XII.- Auxiliar e instrumentar o cirurgião-dentista nas intervenções clínicas e procedimentos demandados pelo mesmo;

XIII.- Realizar a remoção de sutura conforme indicação do Cirurgião Dentista;

XIV.- Executar a organização, limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;

XV.- Proceder à limpeza e à antissepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos;

XVI.- Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;

XVII.- Processar filme radiográfico;

XVIII.- Selecionar moldeiras;

XIX.- Preparar modelos em gesso;

XX.- Manipular materiais de uso odontológico.

XXI.-Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

Auxiliar em Saúde Bucal (ASB):

- I.- Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;
- II.- Executar organização, limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;
- III.- Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas
- IV - Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
- V.- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Atenção Básica, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- VI.- Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
- VII.-Processar filme radiográfico;
- VIII.- Selecionar moldeiras;
- IX.- Preparar modelos em gesso;
- X.- Manipular materiais de uso odontológico realizando manutenção e conservação dos equipamentos;
- XI.- Participar da realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; e
- XII.-Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

Gerente de Atenção Básica

Recomenda-se a inclusão do Gerente de Atenção Básica com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e qualificação do processo de trabalho nas Unidades Básicas

de Saúde, em especial ao fortalecer a atenção à saúde prestada pelos profissionais das equipes à população adscrita, por meio de função técnicogerencial.

Entende-se por Gerente de AB um profissional qualificado, preferencialmente com nível superior, com o papel de garantir o planejamento em saúde, de acordo com as necessidades do território e comunidade, a organização do processo de trabalho, coordenação e integração das ações. Importante ressaltar que o gerente não seja profissional integrante das equipes vinculadas à UBS e que possua experiência na Atenção Básica, preferencialmente de nível superior, e dentre suas atribuições estão:

I.- Conhecer e divulgar, junto aos demais profissionais, as diretrizes e normas que incidem sobre a AB em âmbito nacional, estadual, municipal e Distrito Federal, com ênfase na Política Nacional de Atenção Básica,

de modo a orientar a organização do processo de trabalho na UBS;

II.- Participar e orientar o processo de territorialização, diagnóstico situacional, planejamento e programação das equipes, avaliando resultados e propondo estratégias para o alcance de metas de saúde, junto aos demais profissionais;

III.- Acompanhar, orientar e monitorar os processos de trabalho das equipes que atuam na AB sob sua gerência, contribuindo para implementação de políticas, estratégias e programas de saúde, bem como para a mediação de conflitos e resolução de problemas;

IV.- Mitigar a cultura na qual as equipes, incluindo profissionais envolvidos no cuidado e gestores assumem responsabilidades pela sua própria segurança de seus colegas, pacientes e familiares, encorajando a identificação, a notificação e a resolução dos problemas relacionados à segurança;

V.- Assegurar a adequada alimentação de dados nos sistemas de informação da Atenção Básica vigente, por parte dos profissionais, verificando sua consistência, estimulando a utilização para análise e planejamento das ações, e divulgando os resultados obtidos;

VI.- Estimular o vínculo entre os profissionais favorecendo o trabalho em equipe;

VII.-Potencializar a utilização de recursos físicos, tecnológicos e equipamentos existentes na UBS, apoiando os processos de cuidado a partir da orientação à equipe sobre a correta utilização desses recursos;

VIII.- Qualificar a gestão da infraestrutura e dos insumos (manutenção, logística dos materiais, ambiência da UBS), zelando pelo bom uso dos recursos e evitando o desabastecimento;

IX.- Representar o serviço sob sua gerência em todas as instâncias necessárias e articular com demais atores da gestão e do território com vistas à qualificação do trabalho e da atenção à saúde realizada na UBS;

X.- Conhecer a RAS, participar e fomentar a participação dos profissionais na organização dos fluxos de usuários, com base em protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, apoiando a referência e contrarreferência entre equipes que atuam na AB e nos diferentes pontos de atenção, com garantia de encaminhamentos responsáveis;

XI.- Conhecer a rede de serviços e equipamentos sociais do território, e estimular a atuação intersetorial, com atenção diferenciada para as vulnerabilidades existentes no território;

XII.- Identificar as necessidades de formação/qualificação dos profissionais em conjunto com a equipe, visando melhorias no processo de trabalho, na qualidade e resolutividade da atenção, e promover a Educação Permanente, seja mobilizando saberes na própria UBS, ou com parceiros;

XIII.- Desenvolver gestão participativa e estimular a participação dos profissionais e usuários em instâncias de controle social;

XIV.- Tomar as providências cabíveis no menor prazo possível quanto a ocorrências que interfiram no funcionamento da unidade; e

XV.- Exercer outras atribuições que lhe sejam designadas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, de acordo com suas competências.

Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate a Endemias (ACE)

Seguindo o pressuposto de que Atenção Básica e Vigilância em Saúde devem se unir para a adequada identificação de problemas de saúde nos territórios e o planejamento de estratégias de intervenção clínica e sanitária mais efetivas e eficazes, orienta-se que as atividades específicas dos agentes de saúde (ACS e ACE) devem ser integradas.

Assim, além das atribuições comuns a todos os profissionais da equipe de AB, são atribuições dos ACS e ACE:

a) Atribuições comuns do ACS e ACE

I.- Realizar diagnóstico demográfico, social, cultural, ambiental, epidemiológico e sanitário do território em que atuam, contribuindo para o processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe;

II.- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, em especial aqueles mais prevalentes no território, e de vigilância em saúde, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas, na UBS, no domicílio e outros espaços da comunidade, incluindo a investigação epidemiológica de casos suspeitos de doenças e agravos junto a outros profissionais da equipe quando necessário;

III.- Realizar visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território, com especial atenção às pessoas com agravos e condições que necessitem de maior número de visitas domiciliares;

IV.- Identificar e registrar situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada aos fatores ambientais, realizando, quando necessário, bloqueio de transmissão de doenças infecciosas e agravos;

V.- Orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva;

VI. Identificar casos suspeitos de doenças e agravos, encaminhar os usuários para a unidade de saúde de referência, registrar e comunicar o fato à autoridade de saúde responsável pelo território;

VII.- Informar e mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores;

VIII.- Conhecer o funcionamento das ações e serviços do seu território e orientar as pessoas quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

IX.- Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

X.- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais de relevância para a promoção da qualidade de vida da população, como ações e programas de educação, esporte e lazer, assistência social, entre outros; e

XI.- Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.

b) Atribuições do ACS:

I- Trabalhar com adscrição de indivíduos e famílias em base geográfica definida e cadastrar todas as pessoas de sua área, mantendo os dados atualizados no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando-os de forma sistemática, com apoio da equipe, para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, e priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II - Utilizar instrumentos para a coleta de informações que apoiem no diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;

III - Registrar, para fins de planejamento e acompanhamento das ações de saúde, os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, garantido o sigilo ético;

IV - Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades;

V - Informar os usuários sobre as datas e horários de consultas e exames agendados;

VI - Participar dos processos de regulação a partir da Atenção Básica para acompanhamento das necessidades dos usuários no que diz respeito a agendamentos ou desistências de consultas e exames solicitados;

VII - Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.

Agente Comunitário de Saúde poderá executar em caráter excepcional, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe, após treinamento específico e fornecimento de equipamentos adequados, em sua base geográfica de atuação, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência.

I - aferir a pressão arterial, inclusive no domicílio, com o objetivo de promover saúde e prevenir doenças e agravos;

II - realizar a medição da glicemia capilar, inclusive no domicílio, para o acompanhamento dos casos diagnosticados de diabetes mellitus e segundo projeto terapêutico prescrito pelas equipes que atuam na Atenção Básica;

III- aferição da temperatura axilar, durante a visita domiciliar;

IV - realizar técnicas limpas de curativo, que são realizadas com material limpo, água corrente ou soro fisiológico e cobertura estéril, com uso de coberturas passivas, que somente cobre a ferida; e

V - orientação e apoio, em domicílio, para a correta administração da medicação do paciente em situação de vulnerabilidade.

Vale ressaltar que os ACS só realizarão a execução dos procedimentos que requeiram capacidade técnica específica se detiverem a respectiva formação, respeitada autorização legal.

Atribuições do ACE:

I - Executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica ou coleta de reservatórios de doenças;

II.- Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção, intervenção e controle de doenças, incluindo, dentre outros, o recenseamento de animais e levantamento de índice amostral tecnicamente indicado;

III. Executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;

IV.- Realizar e manter atualizados os mapas, croquis e o reconhecimento geográfico de seu território;

V.- Executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; e

VI.- Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.

O ACS e o ACE devem compor uma equipe de Atenção Básica (eAB) ou uma equipe de Saúde da Família (eSF) e serem coordenados por profissionais de saúde de nível superior realizado de forma compartilhada entre a Atenção Básica e a Vigilância em Saúde. Nas localidades em que não houver cobertura por equipe de Atenção Básica (eAB) ou equipe de Saúde da Família (eSF), o ACS deve se vincular à equipe da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS). Já o ACE, nesses casos, deve ser vinculado à equipe de vigilância em saúde do município e sua supervisão técnica deve ser realizada por profissional com comprovada capacidade técnica, podendo estar vinculado à equipe de atenção básica, ou saúde da família, ou a outro serviço a ser definido pelo gestor local.

Pessoal Administrativo

- Acolher os usuários e visitantes;
- Prestar informações sobre o funcionamento das Unidades de Saúde;
- Agendar consultas e exames;
- Digitar dados da Unidade de Saúde;
- Organizar os recursos e materiais da Unidade de Saúde;
- Realizar outras atividades designadas pela coordenação da equipe.

Pessoal da Zeladoria e Manutenção

- I. Acolher e informar usuários e visitantes;
- II. Realizar e manter a limpeza e a higiene adequadas do local de trabalho;
- III. Comunicar ao coordenador da unidade a ocorrência de danos ao patrimônio público;
- IV. Realizar o reparo de equipamentos.

5. OBJETIVOS

Este protocolo tem como objetivos:

- Normatizar as ações dos profissionais de enfermagem inseridos nas unidades de saúde fornecendo subsídios técnicos para uma assistência de enfermagem embasada nos programas preconizados pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros;
- Consolidar uma assistência de enfermagem mais resolutiva por meio do alinhamento técnico, aquisição de habilidades e incentivo para a busca permanente da qualidade da atenção à saúde;
- Estabelecer orientações para reorganizar o processo de trabalho da equipe de saúde, especialmente da enfermagem;
- Intensificar a capacidade de resolução dos problemas de saúde da população feminina pela equipe de enfermagem;

- Estruturar as consultas de enfermagem visando aumentar a resolubilidade para evitar a fragmentação da assistência;
- Valorizar o trabalho da equipe de enfermagem por meio da excelência da qualidade prestada;
- Sistematizar ações de educação em saúde para promoção de práticas saudáveis e ações de vigilância à saúde para prevenção e controle de doenças e agravos;
- Viabilizar a integração interdisciplinar por meio do trabalho em equipe;
- Integrar ensino, serviço e comunidade por meio das normas e ações estabelecidas no protocolo.

6. METODOLOGIA

O guia para elaboração de protocolo idealizado pelo COREN/MG (2012) define protocolo como um documento norteador do processo de intervenção que visa descrever, de forma detalhada, as atividades e atribuições dos profissionais, no âmbito da instituição de saúde em que as ações são realizadas em equipe multiprofissional de maneira interdisciplinar. Dessa forma, a elaboração desse protocolo contou com a participação de profissionais de categorias diversas (enfermeiro, médico), uma vez que o fazer em saúde deve visualizar o ser humano de forma holística dentro do seu contexto biopsicossocial. Contudo, torna-se necessário também a colaboração de representantes do gestor Municipal e de membro do Conselho Municipal, já que saúde é direito de todos como resguardado pela Constituição e regulamentado na lei 8080.

Na construção deste protocolo, utilizou-se a metodologia de revisão integrativa, que visa proporcionar a síntese do conhecimento já sistematizado e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos na prática, se constituindo em um método que permite a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, que vêm sendo, cada vez mais, utilizadas na área da saúde, por facilitar o aprofundamento em determinada temática (SOUZA *et al.*, 2010).

A primeira etapa de elaboração do protocolo consistiu em uma reunião do grupo de trabalho na sede da secretaria municipal de saúde, no dia nove de janeiro de 2013, às 14:00 horas, com a definição e divisão dos temas a serem abordados no

documento. A seguir, foi escolhida a metodologia de trabalho que estabeleceu a divisão dos participantes em duplas, para a construção preliminar do documento através da busca de publicações relevantes. O processo de construção foi viabilizado com a liberação semanal de dois turnos de trabalho dos participantes, sendo que um turno ficou reservado para o encontro da dupla e um outro turno, para a socialização das produções e estabelecimento de condutas.

Este estudo baseou-se na pesquisa de documentos publicados no período de 2002 a 2012, disponíveis na editora do Ministério da Saúde, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na BDENF (Base de dados Bibliográficos Especializados na Área de Enfermagem do Brasil), na SCIELO (Scientific Eletronic Library On Line), na LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Saúde), e nos sites de órgãos públicos municipais, estaduais e nacionais. A busca de dados teve início no mês de Janeiro de 2013.

O total de documentos selecionados foram 17, após utilizados os seguintes critérios de inclusão: a temática das publicações devem abordar a assistência à saúde da mulher; as publicações devem estar escritas em língua portuguesa; os documentos devem ter sido publicados a partir do ano de 2002; e, as publicações devem estar disponíveis de forma completa e gratuita.

Dois documentos foram descartados por não preencherem os seguintes critérios de inclusão: a temática relacionada a assistência à saúde da mulher; disponibilidade do documento completo; e publicação a partir do ano de 2002.

Nos dias 16 e 17 de janeiro de 2013 foi realizada reunião para apresentação dos documentos e discussão sobre os ajustes necessários para a confecção do documento final do protocolo. Na semana posterior, a versão preliminar foi encaminhada aos revisores para apreciação e sugestões. No dia 01 de fevereiro de 2013, ocorreu uma reunião para apresentação do protocolo ao gestor municipal de saúde e à equipe técnica da área da saúde da mulher, com a participação da equipe de trabalho e de representante do Conselho Municipal de Saúde.

O protocolo construído foi, então, enviado ao Conselho Municipal de Saúde na data de 06/02/2013, que o aprovou na plenária do dia 06/03/2013, sendo que esta deliberação encontra-se registrada na ata da reunião ordinária número 311 – Trecentésima Décima Primeira. Em decorrência da não homologação o protocolo foi revisado em 2017 e enviado novamente ao Conselho Municipal de Saúde na data de 03/03/2017, que foi discutido em plenária na reunião ordinária 356/2017 – Trecentésima Quinquagésima Sexta no dia

08/03/2017 as 13:30 que teve como deliberação o agendamento de Reunião extraordinária no dia 15/03/2017 em que ocorreu a aprovação do Protocolo Assistencial de Enfermagem do município de Montes Claros em plenária sendo que esta deliberação encontra-se registrada na ata da reunião extraordinária número 170 – Centésima Septuagésima.

No dia 27 de Dezembro de 2017, a senhora Secretária Municipal de Saúde sancionou a Portaria/SMS número 12 que regulamenta o Protocolo Assistencial de Enfermagem do município de Montes Claros que entrou em vigor na presente data.

7. DESENVOLVIMENTO

Este protocolo encontra-se distribuído na área temática – Assistência de Enfermagem à mulher no Climatério do município de Montes Claros.

7.1 - ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À MULHER NO CLIMATÉRIO

O climatério corresponde à transição da mulher do ciclo reprodutivo para o não reprodutivo, ocorrendo habitualmente entre os 40 e 65 anos. É uma fase biológica da vida da mulher e um período de mudanças psicossociais, de ordem afetiva, sexual, familiar, ocupacional, que podem afetar a forma como ela vive o climatério e responde a estas mudanças em sua vida (BRASIL, 2016).

O climatério divide-se em duas fases: a transição menopausal, que é caracterizada pela variação de mais de sete dias entre os ciclos e pela “falha” de dois ciclos ou pelo intervalo de 60 dias entre os ciclos; e a pós-menopausa, que é marcada pela amenorreia, que pode ser caracterizada somente um ano após a última menstruação.

Dessa forma, a menopausa é um marco desse processo, correspondendo ao último ciclo menstrual representado pela data da última menstruação, reconhecida depois de passados 12 meses da sua ocorrência. Geralmente, o climatério acontece entre os 48 e 50 anos, podendo ser precoce (antes de 40 anos- falência ovariana precoce) ou tardio (após 52 a 55 anos) (SÃO PAULO, 2012; BRASIL, 2008; SÃO PAULO, 2007; BRASIL, 2016).

A confirmação do climatério e da menopausa é eminentemente clínica, sendo desnecessárias dosagens hormonais (BRASIL, 2016).

Nessa fase do ciclo de vida ocorre uma série de alterações fisiológicas que devem ser conhecidas pelos profissionais de saúde para que as mulheres possam ser orientadas, diminuindo a ansiedade. Muitas mulheres passam pelo climatério sem queixas, mas outras podem apresentar queixas diversificadas e com intensidades diferentes (BRASIL, 2016). Dentre as alterações, destacam-se as seguintes:

Alterações no aparelho geniturinário:

- Ciclos de duração variável e com intervalos amenorreicos irregulares, até a amenorreia completa;
- Sangramento disfuncional;
- Menstruações prolongadas e que permanecem após os 50 anos de vida;
- Diminuição da própria lubrificação vulvovaginal, atrofia da mucosa endocervical e dispareunia;
- Hipertrofia do clitóris;
- Ondas de calor com episódios que duram de segundos a 2 ou 3 minutos;
- Incontinência urinária, crises de cistites e de urgência miccional.

Alterações do Sistema Nervoso:

- Sintomas vasomotores simbolizados por fogachos, sudoreses e insônia;
- Cefaleia;
- Parestesias; Vertigens;
- Crises nervosas com irritabilidade e ansiedade;
- Perda progressiva de memória;
- Afluxo de sangue e calor frequente no rosto.

Alterações no tegumento:

- Cabelos e pele ressecados, com queda de cabelos.

Alterações psicomotoras:

- Alterações de humor frequentes, como irritabilidade, depressão, choro fácil, palpitações, sensação de sufocamento e ansiedade;
- Sensações súbitas e violentas de calor no repouso;
- Diminuição da libido;
- Ataques de fraqueza, melancolia e distúrbios mentais.

Alterações na cavidade bucal:

- Doença inflamatória periodontal;
- Perda de elementos dentários.

Alterações do aparelho cardiovascular:

- Episódios taquicardíacos;
- Doença cardiovascular, anginas, IAM;
- Risco elevado de alterações tromboembólicas.

Alterações no aparelho locomotor:

- Diminuição progressiva da contratatura muscular;
- Desmineralização óssea desencadeando osteoporose.

Alterações metabólicas:

- Transpiração ao comer e após as refeições;
- Ansiedade, suor frio;
- Diabetes;
- Dislipidemia;
- Obesidade.

Em virtude de todas essas alterações, a mulher, nessa fase, necessita ser acolhida pelos profissionais de saúde por meio de uma escuta qualificada das suas demandas, que reconheça as dimensões subjetivas, emocionais, biológicas e sociais, com vista a apoiar a mulher no enfrentamento desse período com mais tranquilidade, à medida que ela compreenda esse processo de transformação e integre, em sua

vida, as mudanças na busca de um novo equilíbrio (BRASIL, 2008; SÃO PAULO, 2007).

Para atingir esse objetivo, a equipe de saúde deve adotar estratégias de captação de oportunidades, isto é, aproveitar todo contato da mulher com os profissionais de saúde para se fazer as orientações acerca dessa fase do ciclo de vida feminino.

7.2. AÇÕES DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO À MULHER NO CLIMATÉRIO

7.2.1 ACOLHIMENTO

Toda a equipe de saúde deve realizar o acolhimento visando à melhoria do acesso e à integralidade na assistência, por meio de uma escuta atenta que busca identificar as necessidades de cada mulher, especialmente quanto aos aspectos subjetivos, emocionais, psicológicos e sociais, e os possíveis riscos e vulnerabilidades presentes nos diferentes momentos do ciclo de vida feminino.

No acolhimento à mulher no climatério, além de dar atenção à queixa da usuária, deve-se responder às necessidades de saúde desta, pois, nessa fase, aumentam as alterações hormonais, a vulnerabilidade às doenças crônicas, e o risco de desenvolvimento de câncer. O enfermeiro deve primar pela escuta qualificada, percebendo o perfil emocional da sua cliente e a maneira como ela encara o período atual (BELO HORIZONTE, 2008).

7.2.2 ATENDIMENTO INDIVIDUAL: CONSULTA DE ENFERMAGEM

A consulta de enfermagem deve ser voltada para o estado de saúde atual e pregresso da paciente e ter enfoque preventivo, através da observação dos principais riscos do climatério tais como neoplasias, doenças cardiovasculares, alterações neurológicas e motoras.

Deve-se aproveitar a oportunidade para o planejamento da implementação de medidas de promoção à saúde e de prevenção de doenças, bem como para a assistência aos sintomas e às dificuldades de adaptação a essa fase, o que pode ser feito por meio de ações de enfermagem individuais e/ou coletivas, apoiadas por uma equipe multidisciplinar, e que tenham ênfase no fortalecimento da autoestima, no estímulo à alimentação saudável e à atividade física.

No caso de não se identificar problemas mais importantes, o acompanhamento de enfermagem deve ser realizado continuamente com o objetivo de garantir a promoção da saúde e acompanhar a evolução da mulher nesta fase.

A consulta de enfermagem deverá considerar os seguintes aspectos:

7.2.2.1 HISTÓRICO DE ENFERMAGEM

Identificação- nome, naturalidade, procedência, endereço, data de nascimento, idade, sexo e cor.

Queixa Principal (QP)- Identificação dos motivos da consulta (anotar nas palavras da usuária);

História da Moléstia Atual (HMA)- Quando começaram, como são e onde se manifestam os sintomas; evolução da sintomatologia e situação atual; fatores agravantes e atenuantes; tratamentos efetuados (nome do medicamento, dose, tempo de uso e resposta); história de contato com pessoas doentes e investigação de sintomas associados. Deve haver questionamento específico acerca dos sintomas da síndrome climatérica, como fogachos, insônia, irritabilidade, artralgia, mialgia, palpitações e diminuição da memória.

Antecedentes pessoais e familiares – neoplasias (mama, colo do útero ou endométrio, ovários, etc); doenças crônico-degenerativas (diabetes mellitus, hipertensão arterial, coronariopatias, etc); osteoporose (história de fraturas); alergias; demência senil; outras patologias concomitantes e uso de medicações hormonais e não hormonais.

Antecedente socioeconômico – dados pessoais (profissão e escolaridade); dados familiares (renda familiar em salários mínimos e número de componentes da família); características da habitação (tipo, nº de cômodos, tratamento da água, iluminação, coleta do esgoto e do lixo) e propriedade da habitação (casa própria, alugada, cedida ou invadida).

Antecedentes ginecológicos – idade da menarca e data da última menstruação/menopausa; ocorrência de irregularidades menstruais; uso de métodos

de anticoncepção; vulnerabilidade da mulher às DST/HIV e realização de exames de detecção precoce do câncer do colo do útero e do câncer de mama.

Antecedentes sexuais - atividade sexual; contracepção; libido; dispareunia, sintomas ginecitolurinários relacionados com a hipotrofia das mucosas com secura vaginal e abordagem de situações de violência.

Antecedentes obstétricos- número de gestações, partos e abortos; tipos de partos; intervalos intergestacionais; data do término da última gestação e intercorrências no período gravídico puerperal.

Padrões da Vida Cotidiana - funcionamento gastrointestinal; presença de sintomas urinários (incontinência, disúria, polaciúria, etc); hábitos alimentares (ingesta de fibras, gorduras, alimentos com cálcio e carboidratos simples); ingesta hídrica; prática de atividades físicas (tipo, regularidade e duração); sono e repouso.

Aspectos Psicológicos- abordagem das relações familiares (aspectos psicológicos) e identificação da psicodinâmica familiar, de situações de estresse, da fase do ciclo de vida, de problemas pessoais e do relacionamento amoroso ou familiar.

Exame Físico geral

Aspecto da pele e das mucosas; palpação da tireóide; ausculta cardíaca e pulmonar; palpação abdominal e da pelve direcionada à investigação de anormalidades na parede e na cavidade (dor ou alterações nas características dos órgãos internos, como localização, volume, consistência, mobilidade), além de observação dos membros inferiores à procura de edemas e outras alterações circulatórias ou ortopédicas.

Medidas antropométricas - verificação do peso e da altura para cálculo do Índice de Massa Corpórea– IMC (peso/altura^2); medida da circunferência abdominal, que se maior de 80 cm e associada a outros fatores, requer a avaliação do risco cardiovascular e da síndrome metabólica (caracterizada pela obesidade central);

Verificação da pressão arterial com rastreamento de alterações, acompanhamento e/ou encaminhamento quando necessário.

Saúde bucal - condição dos dentes, gengivas e língua.

Exame Físico Específico

Avaliação mamária - exame clínico das mamas que consiste na inspeção e palpação das mamas, além da procura por descarga espontânea que, se encontrada, deve ser colhida e enviada para análise. Deve-se também fazer a palpação das axilas e da cadeia ganglionar, à procura de alterações, com descrição detalhada de suas características e localização, quando encontrada.

Exame ginecológico - inspeção cuidadosa da vulva com atenção para a ocorrência de alterações do trofismo, coloração ou adelgaçamento da pele e mucosa. Inspeção dinâmica com atenção para a existência de prolapsos genitais, acompanhados ou não de roturas perineais, cuja presença justifica o encaminhamento da paciente para avaliação ginecológica, que poderá resultar em indicação cirúrgica e/ou orientação para a realização de exercícios para recuperação da tonicidade muscular da pelve.

Coleta oportunística de citopatológico de colo uterino, se necessário (ver protocolo de Prevenção do Câncer de Colo do Útero)

Solicitação oportunística de mamografia se mulher maior de 50 anos (ver protocolo de Prevenção do Câncer de Mama).

Fonte: Adaptado SÃO PAULO, 2012; BRASIL, 2008; SÃO PAULO, 2007; BELO HORIZONTE, 2008. BRASIL, 2016.

7.2.2.2 DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM

Para identificação do diagnóstico de enfermagem, podem ser utilizados a Classificação Internacional de Práticas de Enfermagem (CIPE) ou a NANDA ou Classificação Internacional de Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva (CIPESC).

7.2.2.3 PRESCRIÇÃO DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM

Medidas de prevenção e promoção à saúde

Autocuidado

Os profissionais de saúde, em especial os da enfermagem, devem estimular o protagonismo da mulher através do incentivo ao autocuidado, que influencia, diretamente, na melhora da autoestima e no combate à insegurança frente às mudanças ocorridas no climatério. As orientações a serem dadas nesta fase devem contemplar ações promotoras de saúde e preventivas das doenças, que consistem em estímulo à exposição ao sol em horários não nocivos, à ingestão suficiente de líquidos (2 litros por dia), ao sono adequado sem interrupções (entre 6 e 8 horas de sono por dia), aos cuidados com a limpeza e a hidratação da pele e dos cabelos, à automassagem e às técnicas de relaxamento visando ao bem-estar físico e psicoemocional (BELO HORIZONTE, 2008)

Diagnóstico nutricional

O enfermeiro deve fazer o diagnóstico do estado nutricional da mulher climatérica, já que o peso inadequado (baixo peso ou excesso de peso) é fator de risco para o desenvolvimento e/ou agravamento de doenças. O diagnóstico nutricional em mulheres adultas (≥ 20 e < 60 anos) é realizado por meio do cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) complementado pela utilização da medida da circunferência da cintura, conforme as classificações retratadas nos quadros 1 e 2:

QUADRO 1- Pontos de corte estabelecidos para adultos segundo o IMC.

IMC (KG/m ²)	Diagnóstico Nutricional
< 18,5	Baixo Peso
18,5- 24,9	Adequado ou Eutrófico
25- 29,9	Sobrepeso
≥ 30	Obesidade

Fonte: BRASIL, 2008.

QUADRO 2- Risco de complicações metabólicas associadas à obesidade na mulher adulta de acordo com a medida da circunferência da cintura.

Elevado	Muito Elevado
≥ 80 cm	≥ 88 cm

Fonte: BRASIL, 2008

A obesidade é, simultaneamente, uma doença e um fator de risco para as doenças cardiovasculares e para o diabetes, que consistem nas principais causas de óbitos em adultos. Indivíduos com excesso de gordura abdominal (definida como obesidade andróide) apresentam aumento do tecido adiposo visceral, que, independentemente do IMC, confere risco para distúrbios metabólicos, em especial para a hipertensão arterial (BRASIL, 2008).

Dessa forma, a prevenção e o diagnóstico precoce da obesidade são importantes aspectos para a promoção da saúde e redução da morbimortalidade, sendo que a redução do peso advém de uma alimentação saudável associada à prática regular de atividade física e aos hábitos de vida saudáveis.

Promoção da alimentação saudável

Uma alimentação saudável deve incluir refeições preparadas com alimentos variados, compondo pratos coloridos e saborosos por, pelo menos, três vezes ao dia (café da manhã, almoço e jantar), intercalados por pequenos lanches.

Vale destacar que uma alimentação adequada tem papel essencial na prevenção e no controle da osteoporose, devendo a mulher ser orientada a ingerir alimentos que contenham nutrientes importantes na prevenção da perda óssea, como o cálcio e a vitamina D, estimulando a alimentação rica em vitamina D e em cálcio, por meio do consumo de leite, iogurte, queijos (principais fontes), couve, agrião, espinafre, taioba, brócolis, repolho, sardinha e castanhas (BRASIL, 2016).

A vitamina D é encontrada em alimentos como ovos, leite e derivados. Entretanto, a melhor fonte dessa vitamina é a exposição ao sol em horários recomendados (antes das 10 horas e após as 16 horas), para ativação da pró-vitamina D (BRASIL, 2008).

Deve ser também recomendado a substituição das gorduras saturadas por insaturadas (óleo de oliva, soja, milho e girassol), o aumento do consumo de frutas e hortaliças, o consumo de peixe pelo menos duas vezes por semana, o aumento do

consumo de cereais integrais e de nozes, bem como a limitação do consumo de açúcar simples e de sal.

Prática de exercício físico

A prática de exercício físico de forma regular e moderada proporciona bem estar físico resultando em muitos benefícios para o organismo. Dentre estes, destacamos a melhora das aptidões físicas e motoras, o fortalecimento da musculatura favorecendo a manutenção da funcionalidade do corpo e a preservação da autonomia e da independência nas atividades cotidianas, a promoção do ganho de massa óssea prevenindo osteoporose e artroses, a redução da incidência de doenças crônicas por meio da melhoria da capacidade cardiovascular e respiratória, a diminuição da pressão arterial em hipertensas, a melhora na tolerância à glicose com diminuição da resistência à ação da insulina retardando a progressão e as complicações do Diabetes, além do combate à Síndrome Metabólica, a ajuda na manutenção do peso e na redução das dislipidemias, e a promoção da liberação de endorfinas endógenas, com benefícios nos componentes psicológicos e afetivos que ajudam na melhora da qualidade do sono (BRASIL, 2008).

Orientar a prática de 150 minutos de atividade aeróbica de intensidade moderada/semana (sejam ocupacionais ou de lazer), sendo ao menos 10 minutos de atividades físicas de forma contínua por período (BRASIL, 2016).

Promover a realização de atividades de fortalecimento muscular duas ou mais vezes por semana, além de práticas corporais que envolvem lazer, relaxamento, coordenação motora, manutenção do equilíbrio e socialização, diariamente ou sempre que possível (BRASIL, 2016).

Diante disso, o exercício escolhido deve ser agradável e acessível, contribuindo para o bem-estar e a autoestima da mulher, podendo ser praticado individualmente ou em grupo, de forma a proporcionar a criação de um ambiente de integração social que reduza o isolamento e a segregação.

Sexualidade

A sexualidade da mulher no climatério é carregada de preconceitos e mitos que reforçam a ideia de que a mulher se torna assexuada nesta fase, pois existe a

associação da função reprodutora com a função sexual, além da vinculação da diminuição da função do ovário com a diminuição da função sexual. O profissional de saúde deve ajudar a esclarecer que as modificações orgânicas não implicam na diminuição do prazer, e sim, na resposta sexual mais lenta (BRASIL, 2008).

O declínio da função hormonal determina modificações nos órgãos genitais internos e externos, influenciando na resposta sexual. Dentre as alterações típicas desta fase pode-se destacar: o escasseamento dos pelos pubianos; a redução parcial do tecido adiposo dos grandes lábios; a retração dos pequenos lábios e do clitóris; o ressecamento vaginal, devido à lubrificação vaginal menos intensa e mais demorada, o que exige um maior estímulo sexual; o adelgaçamento dos tecidos vaginais podendo resultar em dor nas relações sexuais (dispareunia), além de prurido, irritação, ardência e sensação de pressão.

O desejo sexual depende muito mais da natureza e da qualidade do relacionamento em si, do que das circunstâncias da idade. É o organismo, como um todo, que se modifica com a idade e, dentro desse contexto, a sexualidade também se transforma (BRASIL, 2008).

O profissional deve, dentre outras iniciativas: estimular a aquisição de informações sobre sexualidade e a prática do sexo seguro em todas as relações sexuais com proteção para as DST/HIV; estimular a reativação da libido por meio do auto conhecimento do corpo da mulher; orientar quanto ao uso de lubrificantes vaginais, caso necessário; indicar o uso de métodos contraceptivos, uma vez que existe risco de gestação no período pré-menopausa; estimular a realização de exercícios da musculatura perineal para recuperação da pressão vesical e de todo o sistema urinário, visando a prevenção e o tratamento das Distopias Genitais por meio dos exercícios de Kegel.

CUIDADOS NÃO FARMACOLÓGICOS E ORIENTAÇÕES DE ACORDO COM AS QUEIXAS.

Conforme o documento de Brasil (2016) segue orientações frente as queixas frequentes.

Fogachos e suores Noturnos

Atentar para:

- Enfermidades/condições que possam cursar com sudorese noturna, calafrios, perda de peso ou outros sintomas – caso haja suspeita de que as manifestações não sejam do climatério, investigar e encaminhar para avaliação médica.

Orientar:

- Dormir em ambiente bem ventilado;
- Usar roupas em camadas que possam ser facilmente retiradas se perceber a chegada dos sintomas;
- Usar tecidos que deixem a pele “respirar”;
- Beber um copo de água ou suco quando perceber a chegada deles;
- Não fumar, evitar consumo de bebidas alcoólicas e de cafeína;
- Ter um diário para anotar os momentos em que o fogacho se inicia e, desse modo, tentar identificar situações-gatilho e evitá-las;
- Praticar atividade física;
- Perder peso, caso haja excesso de peso;
- Respirar lenta e profundamente por alguns minutos.

Problemas com o sono

Orientar:

- Se os suores noturnos/fogachos estiverem interrompendo o sono, observar as orientações indicadas no item anterior.
- Se há necessidade de se levantar muitas vezes à noite para ir ao banheiro, diminuir a tomada de líquidos antes da hora de dormir, reservando o copo de água para o controle dos fogachos.

- Praticar atividades físicas na maior parte dos dias, mas nunca a partir de três horas antes de ir dormir.
- Deitar-se e levantar-se sempre nos mesmos horários diariamente, mesmo nos fins de semana, e evitar tirar cochilos, principalmente depois do almoço e ao longo da tarde.
- Escolher uma atividade prazerosa diária para a hora de se deitar, como ler livro ou tomar banho morno.
- Assegurar que a cama e o quarto de dormir estejam confortáveis.
- Não fazer nenhuma refeição pesada antes de se deitar e evitar bebidas à base de cafeína no fim da tarde.
- Se permanecer acordada por mais de 15 minutos após apagar as luzes, levantar-se e permanecer fora da cama até perceber que irá adormecer.
- Experimentar uma respiração lenta e profunda por alguns minutos

Sintomas urogenitais

Sintomas como disúria, nictúria, polaciúria, urgência miccional, infecções urinárias de repetição, dor e ardor ao coito (dispareunia), corrimento vaginal, prurido vaginal e vulvar podem estar relacionados à atrofia genital.

- Considerar o uso de: lubrificantes vaginais durante a relação sexual, hidratantes vaginais à base de óleos vegetais durante os cuidados corporais diários ou estrogênio tópico vulvovaginal.

Transtornos psicossociais

Tristeza, desânimo, cansaço, falta de energia, humor depressivo, ansiedade, irritabilidade, insônia, déficit de atenção, concentração e memória, anedonia (perda do prazer ou interesse), diminuição da libido.

Estes sintomas variam na frequência e intensidade, de acordo com os grupos etário e étnico, além da interferência dos níveis social, econômico e educacional.

Nas culturas em que as mulheres no período do climatério são valorizadas e nas quais elas possuem expectativas positivas em relação ao período após a menopausa, o espectro sintomatológico é bem menos intenso e abrangente.

Conduta:

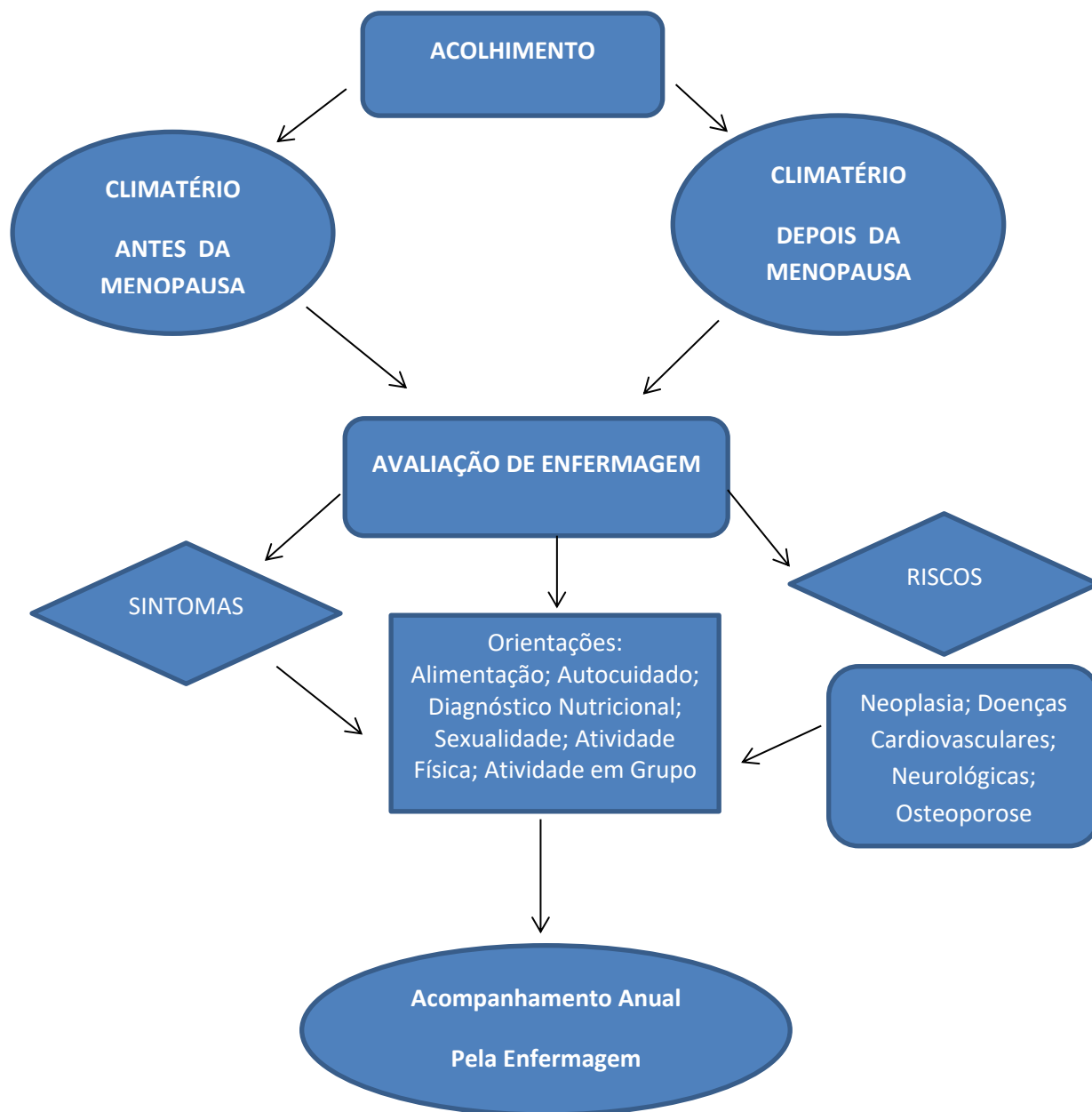
- a) valorizar a presença de situações de estresse e a resposta a elas, como parte da avaliação de rotina;
- b) estimular a participação em atividades sociais;
- c) avaliar estados depressivos especialmente em mulheres que tenham apresentado evento cardiovascular recente;
- d) considerar tratamento para depressão e ansiedade quando necessário.

Ações Educativas – Educação em Saúde

A realização da educação em saúde promove o protagonismo da mulher nessa fase, por meio da apropriação da sua história e do compartilhamento de experiências, favorecendo o apoio emocional, o fortalecimento da autoestima e a melhora da qualidade de vida e das relações familiares e sociais, por meio da ressignificação dessa fase, concebida como processo de perda vivenciada de forma solitária, envolta em angústias e sofrimento, devido, especialmente, à desinformação a respeito do processo fisiológico do desenvolvimento humano.

Serviços de referência

O encaminhamento para outros profissionais ou para serviços de referência (saúde bucal, endocrinologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, etc.) deve ser realizado nos casos de necessidade de avaliação complementar, como nos casos de indicação cirúrgica, de doenças endócrinas, pulmonares, psiquiátricas (depressão) e/ou outras, oportunidades em que se buscará a resolução do fator primário correlacionado ou o ajuste do tratamento já proposto, de modo a fazer uma abordagem integral e que respeite o protagonismo da mulher.

FLUXOGRAMA 1- Fluxograma de atendimento

Fonte: Adaptado de Brasil (2008).

7.3. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

O acompanhamento da mulher no climatério pressupõe a participação de vários profissionais, haja vista que se trata de uma fase complexa, que necessita de uma ação interdisciplinar e multiprofissional. O Manual de Atenção à Saúde da Mulher, da prefeitura de Belo Horizonte (2008), e a Portaria 2488, de 21 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011), descrevem as atribuições de cada categoria profissional.

Atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs)

- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à ESF;
- Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;
- Estar em contato permanente com as famílias, principalmente através das visitas domiciliares, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e à prevenção das doenças, bem como estimulando a autonomia e o auto-cuidado, de acordo com o planejamento da equipe;
- Orientar indivíduos, famílias e grupos sociais quanto aos fluxos, rotinas e ações desenvolvidas pelo centro de saúde e, também, quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de 1 (uma) visita/família/mês;
- Identificar os usuários que não aderiram às atividades que tenham sido programadas pela equipe, estimulando a participação de todos e comunicando à equipe quando a sensibilização não for suficiente;
- Realizar, em conjunto com a equipe, atividades de planejamento e avaliação das ações de saúde;
- Realizar a entrega, nos domicílios, de medicamentos prescritos e informar, aos usuários, sobre a marcação de consultas e exames especializados. , em situações especiais, definidas e avaliadas pela equipe.

Atribuições do Auxiliar de Enfermagem

- Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, sob supervisão do enfermeiro;
- Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- Orientar o usuário a respeito de consultas médicas e de enfermagem, de exames, de tratamentos e de outros procedimentos;

- Contribuir e participar de capacitação e educação permanente promovidas pelo enfermeiro e/ou demais membros da equipe;
- Participar de reuniões periódicas da equipe de enfermagem, visando o entrosamento e enfrentamento dos problemas identificados;
- Registrar as ações de enfermagem no prontuário do paciente, em formulários do sistema de informação e em outros documentos da instituição;
- Incentivar atividades de educação em saúde envolvendo o público da sua área de abrangência;
- Participar das atividades de atenção realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

Atribuições do Enfermeiro

- Realizar atenção à saúde as mulheres climatéricas e suas famílias quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);
- Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo e, conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal e observadas as disposições legais da profissão, solicitar exames complementares, prescrever medicações e encaminhar usuárias a outros serviços;
- Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações de assistência de enfermagem integral, levando em consideração o contexto sociocultural e familiar;
- Supervisionar (planejar, coordenar, executar e avaliar) a assistência de enfermagem realizada pelos auxiliares de enfermagem;
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever o cuidado de enfermagem;
- Planejar e coordenar a capacitação e educação permanente da equipe de enfermagem e dos ACSs, executando-as com participação dos demais membros da equipe;
- Promover e coordenar reuniões periódicas da equipe de enfermagem, visando ao entrosamento e ao enfrentamento dos problemas identificados;

- Registrar as ações de enfermagem no prontuário do paciente, em formulários do sistema de informação e em outros documentos da instituição;
- Incentivar atividades de promoção da saúde envolvendo o público da sua área de abrangência;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

Atribuições do Cirurgião-Dentista

- Realizar diagnóstico local para identificar o perfil epidemiológico que norteará o planejamento e a programação em saúde bucal;
- Realizar a atenção em saúde bucal de forma integral para os usuários e suas famílias, de acordo com o planejamento da equipe e com resolubilidade;
- Realizar os procedimentos clínicos, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com a fase clínica da instalação de próteses dentárias elementares;
- Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- Coordenar e realizar ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- Realizar a supervisão técnica do técnico em saúde bucal (TSB) e do auxiliar em saúde bucal (ASB);
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

Atribuições do Médico de Saúde da Família

- Realizar consultas clínicas com atenção à saúde das mulheres climatéricas e identificar as situações em que esteja indicada a terapia de reposição hormonal;
- Realizar atividades em grupo e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);

- Realizar a propedêutica básica antes do início da terapia de reposição hormonal;
- Encaminhar as mulheres climatéricas que tenham indicação para terapia de reposição hormonal, após realização da propedêutica básica, ao Ginecologista da Unidade para que sejam prescritos os hormônios;
- Acompanhar as mulheres em hormonioterapia, mantendo, quando indicado, o tratamento prescrito pelo Ginecologista;
- Identificar situações, durante o seguimento clínico das mulheres em hormonioterapia, que indiquem necessidade de realizar mudanças, ou mesmo suspensão do tratamento prescrito pelo Ginecologista, e encaminhar para avaliação ginecológica, sempre que necessário;
- Orientar e esclarecer às mulheres climatéricas sobre o período da vida em que se encontram e disponibilizar-lhes o acesso às informações relacionadas às medidas de promoção da saúde;
- Incentivar atividades de promoção da saúde envolvendo o público da sua área de abrangência;
- Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USB.

Atribuições do Médico Ginecologista

- Identificar as situações em que esteja indicada a terapia de reposição hormonal;
- Realizar a propedêutica básica antes do início da terapia de reposição;
- Prescrever os hormônios indicados no tratamento do climatério;
- Acompanhar as mulheres em hormoniterapia, mantendo ou realizando ajustes nas dosagens dos medicamentos, quando indicado;
- Identificar situações, durante o seguimento clínico das mulheres em hormonioterapia, que indiquem necessidade de realizar mudanças, ou mesmo suspensão do tratamento em andamento;
- Orientar e esclarecer às mulheres climatéricas sobre o período da vida em que se encontram e disponibilizar-lhes o acesso às informações relacionadas às medidas de promoção da saúde;

- Incentivar atividades de promoção da saúde envolvendo o público da sua área de abrangência;
- Orientar as ESF da Unidade no acompanhamento das mulheres climatéricas em uso de hormonioterapia.
- Encaminhar usuária para avaliação nas Práticas Integrativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vânia Sampaio. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 9, n.16, p.39-52, fev. 2005.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Saúde. *Climatério: Protocolos de atenção a saúde da mulher*. Belo Horizonte, 2008 Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/smsa/.../prot_climaterio_prot_climaterio.qxd.pdf>. Acessado em: 09/01/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Sirio Libanês. *Protocolos da Atenção Básica- Saúde das Mulheres*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 192 p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_climaterio.pdf>. Acessado em: 09/01/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.436 de 21 de setembro de 2017*. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011*. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p (Série E. Legislação em Saúde)

COREN. Conselho Regional de Enfermagem. *Guia para elaboração de protocolo assistencial de enfermagem para a atenção básica*. Belo Horizonte: 2012.

DUNCAN, B. B. et al. *Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária em Evidencias*. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MATTEI DA, TAGLIART MH, MORETTO EFS. O enfermeiro na equipe de saúde da família. *RECENF* v.11, n.3, p. 308-317, 2005.

MONTES CLAROS. Prefeitura de Montes Claros. Secretaria Municipal de Saúde. *Protocolo de assistência à saúde na rede municipal de Montes Claros - atenção básica*. Montes Claros, 2006.

MONTES CLAROS. Prefeitura de Montes Claros. Secretaria Municipal de Saúde. *Relatório de Gestão*. Montes Claros, 2013.

MONTES CLAROS. Prefeitura de Montes Claros. Secretaria Municipal de Saúde. *Relatório de Gestão*. Montes Claros, 2015.

SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. Coordenação da Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. *Climatério em suas mãos*. São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/mulher/m anual_climaterio.pdf>. Acessado em: 09/01/2013.

SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. Coordenação da Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. *Manual técnico: saúde da mulher nas Unidades Básicas de Saúde*. 2. ed. São Paulo: SMS, 2012. 70p. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/mulher/At encao_saude_mulher2.pdf>. Acessado em: 09/01/2013.

SOUZA, M.T *et al*. *Revisão integrativa: o que é e como fazer*. Einstein. 2010, n.8, p.102-6.

STARFIELD, Bárbara. *Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços, tecnologia*. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

FONSECA, Gildete Soares; FERNANDES, Duval Magalhães. Montes Claros espaço de emigração e imigração intermunicipal na microrregião de Montes Claros. Trabalho apresentado no XVI Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina (Minas Gerais), de 16 a 20 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/montes-claros-espaco-de-emigracao-e-imigracao-intermunicipal-na-microrregiao-de-montes-claros.pdf>> Acesso em: Agosto/2017.

IBGE-CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/montes-claros/panorama>> Acesso em: Agosto/2017.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. Algumas considerações sobre a identificação das cidades médias. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org) Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 89-112.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br/> Acesso em: Agosto/2017.

FRANÇA, Iara Soares de. Indicadores sociais e econômicos para uma leitura do processo de fragmentação do espaço urbano e desigualdade social na cidade média de Montes Claros/MG. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/jairo.nascimento.SMSAU/Downloads/51-100-1-SM.pdf>> Acesso em: Agosto/2017.

Santos, Luíz Filipe Rodrigues dos; Santos, Maria Santana Silva; Santos, Thaís Pereira dos; Desigualdades socioeconômicas em Montes Claros-MG: breves apontamentos. V Congresso em Desenvolvimento Social, 2016. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/anais/gt_02/DESIGUALDADES%20SOCIOECONOMICAS%20EM%20MONTES%20CLAROS.pdf> Acesso em: Setembro/2017.

ADHB - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <[umahttp://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/montes-claros_mg](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/montes-claros_mg)> Acesso em: Setembro/2017.

MEC. Ministério da Educação. Portal do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32962>> Acesso em: Setembro/2017.

PNAD (Pesquisa Nacional : Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?indicador=1&id_pesquisa=149> Acesso em: Setembro/2017.